

O DESPERTAR PARA A INCLUSÃO: Relato de experiência na formação de graduandos em Pedagogia

Silvana Régia de Oliveira Lins, Eduardo Monteiro de Lima

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

silvanaregia2004@yahoo.com.br

eduardmonteirolima@gmail.com

Resumo

A inclusão social está intrinsicamente associada à acessibilidade presente em saberes e práticas do/no cotidiano. Na educação, a inclusão pressupõe que as barreiras atitudinais e arquitetônicas sejam superadas através de acessibilidade, para que alunos com diferentes deficiências tenham uma aprendizagem significativa, a fim de que esses tenham equidade de oportunidades. Para que a Pedagogia possa ser colocada em prática de forma inclusiva, é necessário que o educador busque conhecimento teórico e prático sobre a temática a fim de que velhos paradigmas possam ser superados e assim dê espaço para uma mentalidade inclusiva. Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de mostrar através de nossa atuação, enquanto alunos de pedagogia e bolsistas do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas (NAC-Ufal), o desenvolvimento e aprimoramento de práticas pedagógicas inclusivas no ensino superior.

Palavras-chaves: Inclusão, Educação, Acessibilidade, Pedagogia.

Introdução

Ao iniciarmos o curso de Pedagogia levamos conosco a vontade de nos tornar um agente facilitador no processo de ensino-aprendizagem. Muitas são as teorias que estudamos, nossas rotinas estão sempre permeadas de inúmeras leituras e trabalhos acadêmicos. Entretanto, temos grandes lacunas na nossa formação, dentre elas, a inclusão de alunos com deficiência.

Vários são os desafios a serem enfrentados de maneira a possibilitar não apenas o acesso e o ingresso de educandos com necessidades educacionais especiais às instituições de ensino, mas também a sua permanência nesses ambientes com sucesso na aprendizagem, participando ativamente, sendo parte integrante do grupo em que estão inseridos. (MARTINS, 2013, p. 13)

A autora nos faz refletir sobre a necessidade de se pensar sobre a permanência dos alunos com deficiência e não apenas no seu acesso nas instituições educacionais. Mesmo sendo essa uma realidade atual, e apesar de bastante discutida, as dificuldades continuam, pois os cursos em licenciaturas, ainda não preparam seus alunos para enfrentar esse desafio. O

aprendizado nesta área se torna cada vez mais urgente, pois não adianta apenas o direito a inclusão, garantido por lei, é necessário que as práticas estejam em ressonância com a mesma.

A inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino ainda é algo relativamente novo, pois culturalmente eles não faziam parte desses espaços. Muitas lutas precisaram ser travadas até que chegamos a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015, que tira esses sujeitos da invisibilidade na teoria, em oposição à prática do cotidiano. As dificuldades encontradas perpassam pelas barreiras arquitetônicas e atitudinais, tanto na educação básica como no ensino superior.

Compreendemos que, uma instituição de Ensino Superior, ao optar por princípios educacionais que possibilitem a todos os seus educandos aprenderem na interação com o outro, respeitando a individualidade e as necessidades de cada um, bem como seus diferentes estilos de aprendizagem, há que, necessariamente, serem organizadas em seu interior, novas estruturas e assumidas novas competências por parte de seus integrantes. Isso porque o trabalho educativo numa perspectiva inclusiva exige o comprometimento de todos os que a constituem, quer seja no combate a todo tipo de ação excludente, discriminatória, preconceituosa e que conduza ao fracasso, quer seja na promoção da cidadania. (SILVA, 2013, p.61-62)

Neste contexto, o Núcleo de Acessibilidade da Ufal amplia as possibilidades de aprendizagem, viabilizando o processo da permanência do aluno com deficiência, através de adaptações e criação de recursos que são feitos por bolsistas, alunos de graduação. Fazer parte do grupo de bolsistas do NAC-Ufal nos dá a oportunidade de aprender e desenvolver novas competências, dentre elas, desenvolver materiais pedagógicos e adaptações para os alunos com deficiência.

“Tudo o que vive [...] aprende pela interação” (LEONARD, 1998, p. 64). E é através da interação, que temos a oportunidade de pensarmos em estratégias que melhore a dinâmica entre o que se estuda e o que se aprende, partindo da elaboração de materiais que possam dar suporte necessário para assegurar, como indica a LBI (2015), condições de igualdade, no que diz respeito da aprendizagem do aluno com deficiência.

Refletindo sobre a aprendizagem percebemos a necessidade de parafrasear Mario Sergio Cortella, quando ele diz que “não nascemos prontos”. Tomando essa frase como um ponto de partida e lançando um olhar mais cuidadoso e aguçado sobre nossa trajetória como bolsistas do Núcleo de Acessibilidade da Ufal (NAC), vemos claramente o quanto tal afirmativa se faz presente em cada um de nós, de forma que sempre sentimos a necessidade de buscar um algo a mais, dentro das demandas que surgem no nosso cotidiano. A cada etapa que conseguimos concluir, e que às vezes nem estão a ser concluída, uma nova ideia nos leva a pensar no próximo projeto.

O autor nos faz refletir que: [...] satisfação conclui, encerra, termina; a satisfação não deixa margem para a continuidade, para o prosseguimento, para a persistência, para o desdobramento. A satisfação acalma, limita, amortece (CORTELLA, 2015, p.11).

A afirmação de Cortella (2015) reflete bem o que procuramos fazer dentro de nossas atribuições. Estamos sempre buscando pensar em algo que possa vir a contribuir para a melhoria da permanência dos alunos com deficiência. A cada nova demanda novos desafios surgem e com isso nossa busca para encontrar caminhos que nos levem a possíveis soluções nos faz persistentes, algumas vezes resistentes. E tais características vão sendo pouco a pouco transmitidas aos novos bolsistas que passam a fazer parte do NAC-UFAL, pois os trabalhos precisam ter continuidade. Com isso, percebemos que há sempre um algo a mais a se pensar, discutir, planejar e executar, ou seja, *nada está pronto*. Esse é um processo que requer busca incessantemente, pois para exercermos nossas atividades, além de estudar precisamos dentre outras coisas, sermos: atentos e atenciosos, investigadores, inventivos, desafiadores, transformadores, etc. Não podemos amortecer, pois cada proposta possui suas singularidades que nos induz a novos caminhos.

Sabemos que a educação é um direito garantido à todos na nossa Constituição Federal e que a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que assegura e promove a inclusão da pessoa com deficiência, em condições de igualdade, visando à sua inclusão social e cidadania, regulariza a inclusão nos mais diferentes espaços, e aqui pontuaremos, na educação superior. Entretanto,

O processo de inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Superior apresenta-se atualmente como um dos desafios para professores universitários. Isso ocorre porque a inserção do aluno com deficiência neste nível está ocorrendo de forma lenta e ainda sem mecanismos que sustentem o acesso, quanto a permanência de tal aluno no contexto das exigências peculiares à educação superior. Podemos afirmar, ainda, que não se trata somente da garantia de vagas, mas da organização, por parte da universidade, de estratégias que colaborem com o sucesso escolar destes alunos. (MAGALHÃES, 2013, p.47)

A autora traz, em sua fala, o que nós bolsistas, como colaboradores do processo inclusivo dentro de um campus universitário, vivenciamos no desenvolvimento de nossas atividades. Com o aumento das cotas, automaticamente aumentam os desafios, pois novas e diferentes demandas surgem a cada início de semestre, pois a partir do momento que o(a) aluno(a) busca nossos serviços, é necessário ser criado um plano de trabalho personalizado, além de que se faz necessário o contato com os(as) professores(as) das disciplinas, nas quais o aluno com deficiência cursará. Infelizmente, nem todos os estudantes com deficiência tomam conhecimento do NAC no ingresso a sua vida acadêmica.

Magalhães (2013) reflete sobre a lentidão no processo inclusivo no ensino superior devido a falta de mecanismos que viabilizem e sustentem a permanência desses alunos em seus cursos. Agregado ao desafio para os professores, barreiras atitudinais e arquitetônicas surgem a todo o momento, e que precisam ser superadas. A LBI (2015), no parágrafo IV, deixa claro que barreiras são: “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa [...]”. Apesar, de esse ponto ter sido colocado na lei de forma clara, no dia a dia nos mais diferentes espaços, dentro e fora do campus universitário, muitas dessas barreiras surgem e algumas quase que de forma imperceptível, pois ainda não estamos *prontos* para esse “novo” cenário. Lembrando que o “novo” aqui se refere à lei 13.146 de 2015, pois até então, a inclusão ainda não tinha tomado tal proporcionalidade dentro das instituições escolares.

As práticas inclusivas precisam convergir para a construção de significados e assim contribuir para o desenvolvimento das pessoas com e sem deficiência. Para o alcance desse intento, compreendo que a educação, a educação inclusiva e a educação especial devam ser parceiras essenciais, fundamentadas em políticas que não só reconheçam a diferença, mas também as valorize como condição humana. (QUIXABA, 2015, p. 27)

Dentro de nossas atribuições enquanto bolsistas, quando nos reunimos para pensar sobre quais estratégias podemos desenvolver com o intuito de contribuir para o envolvimento da comunidade acadêmica e também fora dela entendemos que estamos indo além do que nos indica a lei. Estamos, como a autora aponta, valorizando a condição humana.

“Diante dessa realidade em transformação, entendemos que é essencial que as IES reflitam sobre seu papel no atendimento do universitário/a com deficiência, para que todos possam ter as mesmas oportunidades de participar com sucesso no sistema educacional” (CALHEIROS & FUMES, 2016). É importante frisarmos, como nos falam os autores, que diante desse momento de transformações é importante que todos os alunos(as) possam ter oportunidades para obterem sucesso em sua vida acadêmica. E o NAC-Ufal dentro de suas possibilidades possibilita tal movimento, pois sabemos que essa é uma realidade social, o que inclui todos os sujeitos do universo acadêmico para a concretização desse objetivo.

Craemer e Ventri (2011, p.30) apontam que: “Surge então a questão: o que fazer para que os estudantes mais privilegiados não só enxerguem essa realidade social que os cerca, mas também sintam vontade de transformá-la?”. Os autores entendem que na educação formal precisamos fomentar a existência de um currículo social, e com certeza participar das atividades do Núcleo de Acessibilidade da Ufal, pouco a pouco, sentimos crescer, dentro e fora de nossas atribuições acadêmicas, não só a vontade da transformação, como também a

constatação do quanto fomos transformados e como isso se reflete em nossa formação e nos espaços que ocupamos.

Relato de Experiência: acompanhamento com alunos cegos

A maioria dos alunos atendidos pelo NAC da Universidade Federal de Alagoas - campus A.C. Simões possui deficiência visual, sendo cegueira em maior número e dos quais recebemos maior demanda. Adaptações de textos originados de xerox e livros de arquivos em pdf ou em áudio, são necessários para que o aluno cego tenha o acesso às leituras dos materiais das disciplinas que cursam. Além desses recursos, também há a necessidade da produção de materiais táteis (vide imagem 1), sendo estes, um dos recursos que viabilizam a aprendizagem da pessoa cega. Dentro do nosso campus, ainda não contamos totalmente com a parceria de nossos docentes, para a produção e elaboração dos materiais adaptados. Sabemos que esse é um processo, mas: “A organização dessas adaptações pressupõe cooperação entre professores e alunos, em uma contínua construção de alternativas que diversificam e ampliam as possibilidades de aprendizagem em sala de aula” (MAGALHÃES, 2013, p.50).



Imagem 1: À esquerda: bolsista mostrando figura geométrica planificada; à direita de cima para baixo - dois bolsistas selecionando materiais com diferentes texturas, abaixo - dois bolsistas montando o painel do planisfério. **Fonte:** Acervo NAC-Ufal.

Resultados e Discussões

O que deixamos e o que levamos para nossas vidas como aprendizados como bolsistas do Núcleo de Acessibilidade da Ufal.

Como Pedagogos em formação, sabemos que a graduação não nos prepara para os muitos desafios que iremos encontrar em nossas atuações, principalmente no que se refere a inclusão de alunos com deficiência nas instituições escolares. Nesse aspecto, atuar como bolsista no NAC-Ufal faz com que essa lacuna seja preenchida à medida que vamos aprendendo através de nossas atuações e partilhas em grupo. Aprendemos, dentre tantas outras coisas, que não podemos generalizar as situações e cada demanda que nos chega possui sua singularidade, e deve ser respeitada. A escuta, o olhar sensível, a socialização e orientação nos guiam para uma atuação mais consciente, pois o “desenvolvimento humano é um processo temporal aonde o indivíduo vai-se tornando capaz de sustentar mais e mais a expressão da Consciência e em níveis cada vez mais sutis”. (BASSO & PUSTILNIK, 2002, p.18). Tornar-se capaz exige conhecimento e prática, ou seja, precisamos fazer fazendo.

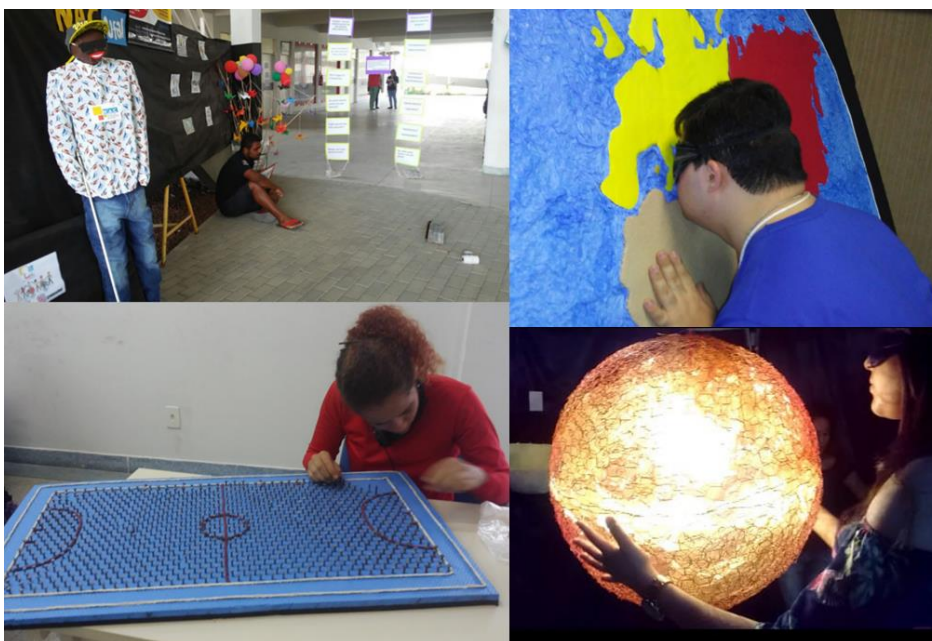


Imagem 2: Da direita para a esquerda e de cima para baixo: Exposição na semana do acolhimento dos feras, no hall do Centro de Interesse Comunitário - CIC-UFAL, campus A.C. Simões; Bolsista montando quadra de futsal tátil; Vivência tátil/sensorial de rapaz com síndrome de down na exposição tátil “O Mundo em Nossas Mãos”; Vivência tátil/sensorial de aluna com o Sol, na exposição “O Mundo em Nossas Mãos”.
Fonte: Acervo NAC-Ufal

A prática nos proporciona outras percepções e olhares. Curiosamente o que antes nos causava estranhamento, já não o faz mais, pois nossa aproximação com os alunos cegos e o exercício de nossas atividades, nos leva a quebrar velhos paradigmas, dirimindo receios e preconceitos. Obviamente que este processo não se dá apenas pelo aprendizado, mas também pela identificação com o que se propõe a fazer.

Uma das primeiras tarefas da educação, portanto é a de devolver o homem a si mesmo; é a de estimular a consciência, ao invés de sufocá-la; a de educar as emoções, os sentidos, os assim chamados sistemas autônomos: a de ajudar as pessoas a se tornarem mais verdadeiramente receptivas e, em consequência, mais verdadeiramente responsáveis (LEONARD, 1998. p. 113).

O autor nos fala de princípios que a educação deve promover ao ser humano. Entendemos que, enquanto educadores, possamos estimular a consciência, educar as emoções e ajudar as pessoas a se tornarem mais receptivas e responsáveis, sendo preciso vivenciar o processo anteriormente. Nessa perspectiva, ser um agente colaborador no Núcleo de Acessibilidade, nos proporciona aprendizagens/experiências, que utilizamos não só nas nossas práticas profissionais como também em nossas vidas pessoais.

Considerações Finais

A contribuição do Núcleo de Acessibilidade da Ufal, em nossa formação acadêmica, tem proporcionado que nos tornemos profissionais mais capacitados, no que diz respeito a inclusão de alunos com deficiência nas instituições escolares, como também para que levemos tais aprendizados para nossa formação pessoal, pois estamos nos formando e ao mesmo tempo tendo a oportunidade de sermos agentes no processo de ensino-aprendizado, dentro e fora do campus universitário. Acreditamos que as vivências/experiências realizadas nos diferentes projetos do NAC-Ufal preparam-nos para uma atuação mais consciente e assertiva, a fim de que possamos colaborar com a acessibilidade dentro e fora das instituições educacionais.

Contudo, entendemos que a inclusão precisa ser iniciada dentro de cada um de nós, pois acreditamos ser esse o primeiro movimento de identificação para que o desenvolvimento das atividades de alunos com deficiência e que possa fluir de forma efetiva. Por fim, as experiências e aprendizados dentro do NAC-Ufal nos proporciona uma formação embasada e vivida na inclusão da pessoa com deficiência.

Referências

BASSO, Theda. PUSTILNIK, Aida. **Corporificando a Consciência: teoria e prática da Dinâmica Energética do Psiquismo**. - São Paulo: Instituto Cultural Dinâmica Energética do Psiquismo, 2002.

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> acesso em: 10 Agosto 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 14/09/2018.

CALHEIROS, David dos Santos. FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **A inclusão de universitários com deficiência em cursos de Educação Física na cidade de Maceió/AL**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 523-539, jul. 2016.

CORTELLA, Mario Sergio. **Não estamos prontos!** : Provocações filosóficas. 19 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CRAEMER, Ute. VENTRI, Rodrigo. **Propostas para um currículo social**. In: Currículo social na escola: a necessidade do nosso tempo – propostas, sugestões e experiências no Brasil e no exterior. Org. Ute Craemer. São Paulo: Antroposófica: Federação das Escolas Waldorf do Brasil (FEWB), 2011.

LEONARD, George. **Educação e êxtase: recuperando o prazer de ensinar e aprender**. Trad. Eleny Corina Heller. - São Paulo: Summus, 1998.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Prefácio**. In: Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Org. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo. – Natal: EDUFRN, 2013.

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. **A inclusão na educação: humanizar para educar melhor**. – São Paulo: Paulinas, 2015.

SILVA, Luzia Guaciara dos Santos. **Orientações didáticas para atuação pedagógica junto a estudantes com deficiência visual, no ensino superior**. In: Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Org. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo. – Natal: EDUFRN, 2013.